

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

PROCESSO N° : 10711.006.047/90-62
SESSÃO DE : 21 de novembro de 1995.
ACÓRDÃO N° : 301-27.905
RECURSO N° : 114.888
RECORRENTE : PLUMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
RECORRIDA : IRF-PORTO/RJ

CLASSIFICAÇÃO TARIFÁRIA - MÁQUINAS CIRCULARES
PARA FABRICAÇÃO DE MEIAS CLASSIFICA-SE NO CÓDIGO
TARIFÁRIO TAB/SH 8447.11.8000, para efeito da portaria MEFP
Nº 353/90.

RECURSO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho
de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, na forma
do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 21 de novembro de 1995.


MOACYR ELOY DE MEDEIROS
PRESIDENTE


WLADEMIR CLÓVIS MOREIRA
RELATOR

VISTA EM 05 SET 1995 *Fernando Oliveira de Moraes*
Procurador da Fazenda Nacional

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros : ISALBERTO ZAVÃO LIMA, JOÃO BAPTISTA MOREIRA, FAUSTO DE FREITAS E CASTRO NETO e LEDA RUIZ DAMASCENO. Ausentes as Conselheiras MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ, MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 114.888
ACÓRDÃO Nº : 301-27.905
RECORRENTE : PLUMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
RECORRIDA : IRF-PORTO/RJ
RELATOR(A) : WLADEMIR CLÓVIS MOREIRA

RELATÓRIO E VOTO

Retorna o presente processo de diligência à repartição de origem, aprovada pela Resolução nº 301 - 884, de 27 de janeiro de 1993, nos termos do Relatório e Voto (fls. 53/7) da ilustre conselheira Sandra Míriam de Azevedo Mello, que leio em sessão.

Às fls. 60/4, consta certificado técnico emitido em cumprimento à diligência determinada por esta Câmara.

A autuação fiscal fundamentou - se em dois pontos: não reconhecimento da redução de 50% do I.P.I. em virtude da falta de comprovação da inexistência de similar nacional e incorreta classificação tarifária no código TAB/SH 8447.90.9900, por entender a fiscalização que a mercadoria importada deveria ser classificada no código tarifário 8447.11.0000, específico para teares circulares para malharia com cilindro de diâmetros não superior a 165 mm.

O primeiro ponto foi superado ainda em 1^a instância, por ter o autor do feito concordado com a argumentação da impugnante de que a exigência de inexistência de similar nacional só se aplicava ao imposto de importação.

No tocante à classificação tarifária, a decisão recorrida se baseia basicamente no entendimento de que a mercadoria importada tem classificação mais específica no código SH/TABA 8447.11.0000, devendo, portanto ser observada a 3^a RGI/SH, segundo a qual a posição mais específica prevalece sobre as mais genéricas. Em abono a sua tese, a decisão recorrida considera que "a classificação tarifária SH/TAB "8447.90.9900" Ex - "máquinas circulares para fabricação de meias", constante da Resolução nº 02 - 1753/89 da CPA, contemplada com alíquota zero para o I.I. pela Portaria/MEFP nº 353/90 e utilizada pela importadora para classificar a mercadoria, possui um alcance geral, não especificando, por exemplo, o tipo de máquina, o diâmetro de seu cilindro e de que tipo de tecidos são confeccionadas as meias."

Não me parece consistente o critério de especificidade adotado pela decisão recorrida. O certificado Técnico produzido em cumprimento à diligência determinada por esta Câmara descreve a mercadoria importada como: "máquina circular Automática de cilindro único para fabricar meias..."



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 114.888
ACÓRDÃO Nº : 301-27.905

Essa descrição se enquadra com muito mais justeza no Ex da Portaria MEFP nº353/90 - "máquinas circulares para fabricação de meias" do que na do código tarifário TAB/SH 8447.11.0000 teares circulares para malharia até 165 mm de diâmetro. "A finalidade da máquina - fabricação de meias é indubitavelmente mais específica do que a do tear para malharia. Aliás, o próprio certificado técnico ressalta em seu item 7.2 que "a descrição na D.I. 011395 merece reparo, não sendo tecnicamente adequado a atribuição do nome "tear" para "knitting machines".

Por essas razões, entendendo que a mercadoria importada se conforma com perfeição à descrição do Ex. de que trata a Portaria MEFP nº 353/90, voto no sentido de dar provimento integral ao recurso.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1995.



WLADEMIR CLOVIS MOREIRA - RELATOR